

Petrobras reafirma venda de ativos com contratos já assinados, apesar de pleito do governo

Apesar da pressão de sindicatos e da insistência do governo, a Petrobras manterá os processos de vendas de ativos que já tiveram contratos assinados e cujo cancelamento implicaria em altos custos para a estatal.

Na quarta-feira (29), o MME (Ministério de Minas e Energia) pediu nova análise sobre a suspensão de vendas de ativos, alegando que o tema deveria ser analisado pela nova diretoria eleita na semana passada.

A diretoria atual já havia decidido dar prosseguimento às negociações com contratos já assinados e a posição foi reforçada pelo conselho de administração em reunião nesta quarta. O colegiado, porém, disse que avaliará outros casos se a diretoria da empresa aprovar mudança na

estratégia. No ofício enviado à companhia, o MME solicitou, “em razão da eleição de nova diretoria, que, mais uma vez, respeitadas as regras de governança dessa companhia e de modo a preservar os interesses nacionais”, que o tema fosse retirado da pauta do conselho. São hoje cinco projetos nesta situação, incluindo campos de petróleo e a Lubnor, fábrica de lubrificantes localizada no Ceará.

A suspensão dos processos é prioritária para os sindicatos de trabalhadores da companhia, que apoiaram a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e chegaram a ter representante no grupo de transição do novo governo.

Na semana passada, a FUP (Federação Única dos Petroleiros) realizou paralisação, com ato em frente à sede

da companhia no Rio de Janeiro, contra a continuidade das negociações. Naquele dia, o conselho de administração decidiu que analisaria a decisão da diretoria nesta quarta.

Nesta quarta, atos foram realizados no Rio e em frente à sede da estatal em Salvador. “Não aceitaremos que o conselho de administração bolsanarista continue insistindo no desmonte da Petrobras, que vai contra as indicações do governo eleito”, disse o coordenador-geral a federação, Deyvid Bacelar.

Ainda na campanha, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já prometia rever o processo de vendas de ativos da estatal, que foi acelerado durante o governo Jair Bolsonaro (PL), contribuindo para a distribuição recorde de dividendos no período.

Nicola Pamplona/Folhapress



Economia



Brasil cria 241 mil vagas formais de trabalho em fevereiro, diz Caged

Página - 03

Empresas de capital aberto vão levar estudo ao governo para questionar multa fiscal de 150%

Página - 03



Frentistas vestindo Arezzo&Co? Entenda nova parceria entre o grupo de moda e Posto Ipiranga



Política

Governo vai prorrogar lei de licitações até março de 2024, diz Lira

Página - 04

Projeto na Câmara sobre fake news não interfere em julgamento do STF, dizem ministros

Página - 04

No Mundo

Biden e Netanyahu trocam farpas e evidenciam rixa sobre reforma judicial de Israel



O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, protagonizou na terça-feira (28) uma rara desavença pública com os Estados Unidos ao retrucar um comentário crítico de Joe Biden sobre sua ofensiva contra o Judiciário.

Washington vinha censurando de forma discreta a reforma judicial promovida pela coalizão mais à direita a governar o país, considerada uma ameaça o equilíbrio dos Três Poderes. Na segunda, quando Netanyahu anunciou um recuo estratégico do pla-

no após um dia de mobilizações históricas em Tel Aviv e Jerusalém, a Casa Branca saudou a decisão do premiê com entusiasmo.

Mas ao falar com repórteres sobre o tema, Biden foi mais direto do que o usual --disse que esperava que o governo do Oriente Médio abandonasse de todo a reforma judicial.

“Como muitos dos grandes apoiadores de Israel, estou muito preocupado. Eles não podem seguir por esse caminho. Deixei isso claro de certa maneira. Tenho esperança de que o primeiro-ministro

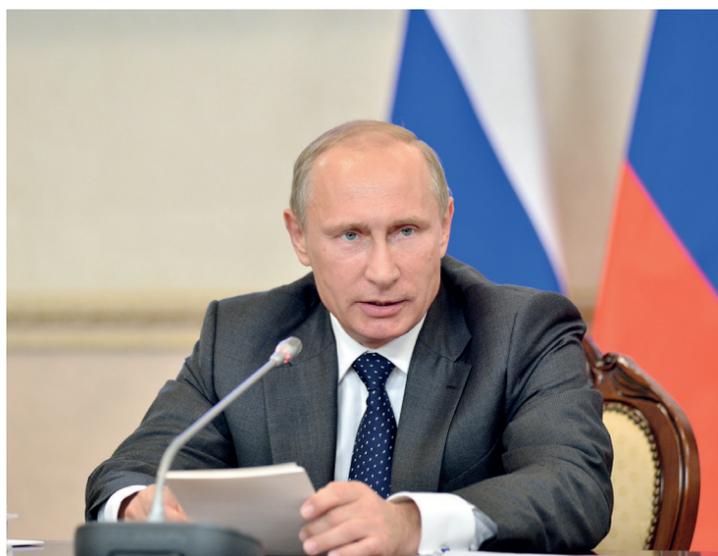
vá agir de modo a alcançar um verdadeiro consenso. Veremos”, disse o democrata.

Bibi, como o premiê é conhecido, respondeu ao comentário horas depois, por meio de um comunicado. “Israel é um país soberano e toma suas decisões segundo os desejos de sua população e não com base em pressões externas, inclusive quando elas vêm de seus melhores amigos”, disse.

A troca de farpas deixa às claras um embate diplomático limitado aos bastidores nas últimas semanas.

Folhapress

Rússia prevê um longo conflito contra o Ocidente



O governo de Valdimir Putin previu nesta quarta (29) que o conflito entre a Rússia e o que chama de países hostis, a coalizão ocidental liderada pelos Estados Unidos que apoia a Ucrânia contra a invasão promovida pelo vizinho no ano passado, irá durar muito tempo.

Se isso era insinuado em falas de Putin e de outras autoridades, foi vocalizado com todas as letras pelo porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, em sua conversa diária com repórteres russos.

Ele havia sido questionado acerca de uma reportagem do jornal britânico The Guardian, segundo a qual ele afirmou em um jantar de fim

de ano com membros da elite russa que “as coisas ficarão muito mais difíceis” e que a guerra na Ucrânia iria “durar tempo longo, muito longo”.

“Se você [o repórter que o questionou] diz guerra em um sentido amplo, como no confronto com Estados hostis, essa guerra híbrida que foi lançada contra nosso país, então estará aqui por um longo tempo”, afirmou.

Desde que cruzou as fronteiras ucranianas em 24 de fevereiro de 2022, Putin foi vago em termos de objetivos da guerra, que nem é chamada assim por ele -o eufemismo operação militar especial é a palavra oficial para a ação.

Isso serve a dois propósitos. Primeiro, dribla co-

branças diretas: o fracasso em tomar Kiev de assalto nas primeiras semanas da guerra, que foi redirecionada pelos russos para as áreas onde obteve sucesso no sul e no leste, nunca foi admitido como tal porque, afinal de contas, nunca foi anunciado como meta.

Ao longo do conflito, autoridades saltaram aqui e ali dicas sobre qual seria o objetivo. O chanceler Serguei Lavrov falou em derrubar o governo de Volodimir Zelenski, um general citou a conquista do sul ucraniano até Moldova, o próprio Peskov citou a manutenção das quatro províncias anexadas ilegalmente por Putin como o mínimo desejável.

Igor Gielow/Folhapress

Contra inflação, Portugal zera imposto acrescentado sobre 44 alimentos

Em meio a uma onda de inflação que atinge severamente o preço da comida, o governo de Portugal anunciou que irá zerar o IVA (imposto sobre valor acrescentado) de 44 alimentos. A medida entra em vigor em abril e terá validade inicial de seis meses.

A lista inclui desde frutas, como maçã e banana, até laticínios, como iogurtes e queijos. Pão, azeite, carne, ovos e vários legumes também são beneficiados. A iniciativa foi negociada com produtores e distribuidores alimentares e deverá ter um custo de cerca de 600 milhões de euros (cerca de R\$ 3,34 bilhões) para os cofres públicos, entre apoios aos agricultores e perdas na receita.

Alguns dos itens da lista de reduções, como a cebola e o arroz, aumentaram mais de 70% no último ano, de acordo com um levanta-

mento realizado pela Deco Proteste, uma associação de defesa dos consumidores.

Em Portugal, o imposto sobre valor acrescentado é aplicado sobre a venda de produtos e prestações de serviço. Desde 2011, a taxa normal cobrada é de 23%, mas há reduções em alguns casos. Bens alimentícios considerados essenciais, como os que integram a lista do governo, por exemplo, são taxados a 6%.

Com a mudança, a intenção é de que as famílias portuguesas possam inicialmente economizar cerca de 6 euros por cada 100 euros em compras dos bens com IVA zerado.

Críticos à redução do imposto afirmam que os efeitos serão bastante limitados e que há risco de que o corte seja “engolido” por aumentos das margens de lucro por parte dos vendedores.

Giuliana Miranda/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Brasil cria 241 mil vagas formais de trabalho em fevereiro, diz Caged



O Brasil abriu 241.785 vagas formais de trabalho em fevereiro, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado nesta quarta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O resultado do mês passado vem do registro de 1,95 milhão de admissões e 1,70 milhão de desligamentos e ficou acima da expectativa. Uma pesquisa da agência Reuters apontava a espera da criação de 161 mil empregos.

Na comparação com fevereiro do ano anterior, o número de admissões teve queda de 6,7%, enquanto os desligamentos caíram 1,7%. Ante janeiro, as admissões de

fevereiro foram 2,7% maiores e os desligamentos recuaram 5,8%.

Dessas 241,8 mil vagas, 77,3 mil são atípicas (trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários e aqueles com carga de até 30 horas semanais).

O maior número de vagas (152,2 mil) foi para empregos com faixa de remuneração de 1 a 1,5 salário mínimo e para trabalhadores com ensino médio completo (146,1 mil).

Os dados se referem somente às vagas com carteira assinada, de acordo com informações dadas pelas empresas. O Caged não mostra os dados do mercado informal, como faz a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Do-

micílios) Contínua, do IBGE.

O setor de serviços liderou a geração de empregos no período, com a criação de 164.200 postos de trabalho, seguidos por indústria geral, com 40.380 vagas.

O setor de construção, com 22.246 vagas criadas, e o de agropecuária, com 16.284, aparecem em seguida. Somente o setor de comércio registrou saldo negativo, com perda de 1.325 postos.

As cinco regiões do país tiveram aumento nos empregos com carteira assinada. O salário médio das admissões de fevereiro foi de R\$ 1.978,12, retração de 2,47% em relação ao mês anterior, ou R\$ 54,14 a menos.

Douglas Gravas/Folhapress

Preços de produtos na saída das fábricas recuam 0,30% em fevereiro

Os produtos na saída das fábricas registraram deflação (queda de preços) de 0,30% em fevereiro deste ano. O dado é do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado na quarta-feira (29) pelo IBGE.

Em janeiro, o IPP havia registrado inflação de 0,29% nesses produtos. Em fevereiro do ano passado, a alta de preços havia ficado em 0,54%. Com o resultado, o IPP acumula deflação de 0,01% no ano e inflação de 1,38% em 12 meses.

Onze das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram deflação em fevereiro deste ano, com destaque para outros produtos químicos (-2,43%), refino de petróleo e biocombustíveis (-1,66%)

e alimentos (-0,73%).

Por outro lado, 13 atividades tiveram inflação e evitaram uma queda maior de preços do IPP em fevereiro, entre elas as indústrias extrativas, que registraram taxa de 3% no mês.

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, foram observadas deflações nos bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (-0,22%), nos bens intermediários, ou seja, os insumos industrializados usados no setor (-0,69%).

Por outro lado, tiveram inflação os bens de consumo duráveis (0,13%) e os bens de consumo semi e não duráveis (0,36%), de acordo com o IBGE.

Vitor Abdala/ABR



Empresas de capital aberto vão levar estudo ao governo para questionar multa fiscal de 150%



Em meio ao aquecimento da discussão tributária, a Abrasca (associação que reúne as maiores companhias de capital aberto do país) vai levar às autoridades um novo estudo da FGV que aponta como cresceu na última década o volume de multas qualificadas, aquelas que chegam a 150% do tributo devido e são aplicadas em casos de fraude ou dolo.

De acordo com o material, a participação das multas qualificadas no total de penalidades aplicadas subiu de 10% em 2011 para 17% em 2019.

Pablo Cesário, presidente-executivo da Abrasca, afirma que o estudo também aponta alto grau de subjetividade do Fisco na aplica-

ção das multas qualificadas e que o modelo brasileiro não segue padrão internacional. Segundo ele, grande parte das penalidades adotadas com critério subjetivo acaba sendo cancelada quando as multas são contestadas pelas empresas no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e na Justiça.

Ainda conforme o estudo, lançado em Brasília nesta semana, entre 2011 e 2019, a aplicação de multa qualificada cresceu 70% em quantidade e 112% em valor, enquanto as multas tradicionais avançaram 10% no mesmo período.

“As multas menos objetivas, feitas com critérios subjetivos, que são as qualificadas, cresceram em maior proporção. E o estudo mos-

tra que em outros lugares do mundo essa subjetividade não existe. Nosso sistema tributário multa muito e multa mal. Isso gera custos para as empresas, que têm de recorrer, mas também gera um problema maior, porque o sistema não penaliza aquele que é o devedor contumaz e que usa o não pagamento de impostos como modelo de negócio, prejudicando a competitividade dos outros contribuintes”, diz Cesário. Segundo Cesário, o estudo deve ser levado ao governo e ao Congresso. Ele afirma que, no Brasil, a impressão do fiscal conta mais do que em outros países avaliados pelo estudo, cujo comparativo abrange modelos de Estados Unidos, França, Reino Unido e outros.

Governo vai prorrogar lei de licitações até março de 2024, diz Lira



A ministra Esther Dweck (Gestão e Inovação nos Serviços Públicos) vai publicar uma portaria para prorrogar a lei de licitações até março de 2024, afirmou na manhã da quarta-feira (29) o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

Segundo Lira, a intenção da ministra é que os gestores possam se acomodar à nova lei e evitar prejuízos com a aplicação da regra.

A nova lei de licitações foi sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em abril de 2021. O texto moderniza as regras de licitações em vigor, cria modalidades de contratação, exige seguro-garantia para grandes

obras, e insere um novo capítulo no Código Penal, tipificando crimes em licitações com penas de até 8 anos.

A reportagem procurou o Ministério da Gestão para pedir detalhes da medida, mas ainda não obteve retorno.

Em discurso aos prefeitos, Lira falou sobre a reforma tributária que está sendo discutida na Câmara. “Todo mundo defende e quer a reforma tributária, mas todo mundo quer a reforma tributária do seu umbigo”, criticou.

Ele defendeu que o Congresso aprove a “reforma tributária possível neste momento” para minimizar os problemas dos municípios, dos estados, da União e dos setores produtivos do Brasil. Além disso, pediu empenho

do presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Paulo Ziulkoski, junto aos prefeitos para ajudar na discussão das mudanças no sistema tributário.

Lira afirmou que a reforma não vai prejudicar os interesses municipais. “Ao contrário disso, trabalharemos por uma reforma que torne mais justa a distribuição de recursos entre os municípios e que favoreça o desenvolvimento de todos de forma mais equânime.” O presidente da Câmara dedicou parte do discurso a criticar o excesso de judicialização de leis por partidos no Congresso Nacional. Ele citou como exemplo a lei de improbidade, a qual chamou de “draconiana”. Danielle Brant/Folhapress

Projeto na Câmara sobre fake news não interfere em julgamento do STF, dizem ministros



Os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, do STF defenderam que a análise do projeto de lei das fake news na Câmara dos Deputados não irá interferir no julgamento da corte que trata do tema.

As afirmações foram feitas na quarta-feira (29), após dois dias de audiência pública no STF para discutir a regulação das redes sociais e de plataformas da internet na corte.

Toffoli citou que, no Parlamento, a não decisão é uma decisão, mas que no Judiciário não há essa opção. O PL das Fake News foi aprovado em junho de 2020 no Senado e, desde então, aguarda análise na Câmara.

“Eles [parlamentares] têm o direito de não querer decidir. Nós aqui no Judici-

RCB Investimentos S.A.
CNPJ/ME nº 08.823.301/0001-27 – NIRE 35.300.341.856
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2023
Data, Hora e Local: 26/01/2023, às 17:00 horas, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Realizada nos termos do Art. 14º, § 1º do Estatuto Social, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre – **Presidente;** e Sr. Renato Proença Prudente de Toledo – **Secretário. Deliberações tomadas por unanimidade: (a) Aprovar** a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 35.674.105,50, sendo tais dividendos superiores aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, tudo em conformidade com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado da Companhia levantados em 31/12/2022, especialmente para este fim; e **(b) Ratificar** o pagamento correspondente ao primeiro semestre de 2022, no montante de R\$ 25.000.000,00. Os dividendos totais distribuídos referentes ao ano de 2022 será de R\$ 60.674.105,50. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. São Paulo, 26/01/2023. **Mesa: Alexandre do Rosário Nobre** – Presidente; **Renato Proença Prudente de Toledo** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.227/23-5 em 09/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hidroviás do Brasil S.A.
CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 27/04/2023
A **Hidroviás do Brasil S.A.**, com sede na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, São Paulo-SP (“**Companhia**”), vem, pela presente, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“**Assembleia Geral**”), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27/04/2023, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams (“**Plataforma Digital**”), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; 3. Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2022; 4. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a ratificação da eleição de 3 membros efetivos do Conselho de Administração. 2. Deliberar sobre a caracterização da independência do candidato para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia. 3. Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. 4. Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para alteração dos artigos 3º e 32º; e 5. Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais:** 1. Documentos à disposição dos Acionistas: A Proposta da Administração (“**Proposta**”) contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância (“**Boletim**”), os demais documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br). 2. Participação e votação na Assembleia: A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) **via boletim de voto a distância**, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) **via Plataforma Digital**, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretendem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 dias antes da Assembleia Geral (i.e., **até o dia 25/04/2023**), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação da Assembleia Geral. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** 4. Documentos de representação dos Acionistas: Companhia dispensará a necessidade de notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. **Votação por meio de boletim de voto a distância:** orientações detalhadas acerca da participação e/ou votação a distância, inclusive a documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. **Informações para participação e votação na Assembleia:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 28/03/2023. **Felipe Andrade Pinto** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa
comercial@datamercantil.com.br

ário não temos esse direito. Temos que decidir porque temos vidas, pessoas e partes que estão requerendo seus direitos ou seus pretensos direitos, e temos que julgar e decidir”, disse.

Já Fux declarou que os tempos da política e da Justiça são diferentes e que esta deve respeitar a ordem cronológica dos processos.

“Eventualmente, se o Parlamento regular a matéria, nós vamos enfrentá-la já também à luz do direito novo”, afirmou.

As audiências trataram da responsabilidade de provedores de redes sociais e de ferramentas de internet pelo conteúdo gerado pelos usuários, o que pode resultar na flexibilização do Marco Civil da Internet, principal lei que

regula o tema no Brasil.

As convocações foram motivadas por duas ações de repercussão geral (que incidem em casos similares), de relatoria dos dois ministros, que serão julgadas no Supremo.

Os ministros informaram que ainda não há data marcada para essas ações entrarem na pauta do Supremo. Porém, afirmaram que até integrantes do Parlamento já se manifestaram sobre a importância deste julgamento para balizar a legislação.

Toffoli disse que a audiência foi importante para trazer ao tribunal as várias visões da sociedade civil, dos operadores e das parte do processo sobre o tema.

Constança Resende/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Caltabiano McLarty Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.133.841/0001-16

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS						
Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado			
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Ativo circulante						Passivo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	8	84	29.456	32.108	Fornecedores	-	-	228.618	145.289	Receita líquida	-	-
Outros investimentos	-	-	3.612	1.311	Arrendamentos a pagar	-	-	183.008	106.290	Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-
Contas a receber	-	-	49.006	42.400	Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	13.452	16.151	Lucro bruto	-	-
Estoques	-	-	175.874	101.164	IRPJ e CSLL	-	-	17.424	16.882	(Despesas) e receitas operacionais	(106)	(121)
Tributos a recuperar	1	1	8.808	8.819	Adiantamentos de clientes	-	-	1.728	676	Despesas administ. e gerais	-	-
Outros créditos	-	58	4.166	4.125	Outras contas a pagar	-	-	6.620	2.628	Despesas de vendas	-	-
Ativo não circulante	176.744	140.078	119.783	104.262	Passivo não circulante	77.843	32.789	62.274	39.987	Depreciação e amortização	-	-
Mútuos a receber - partes relac.	1	83	422	422	Arrendamentos a pagar	-	-	56.364	36.012	Outras receitas (desp.) operac.	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	15.711	16.437	Provisão para demandas judiciais	-	-	5.574	3.975	Resultado de equivalência patrimonial	43.410	38.353
Outros créditos	-	36	24.983	27.222	Mútuos - Partes relacionadas	43.182	-	336	-	Lucro operac. antes do result. financeiro	43.304	38.232
Investimentos	176.743	139.959	90	90	Provisão para perdas em invest.	34.661	32.789	-	-	Resultado financeiro	1	-
Imobilizado	-	-	78.577	60.091	Patrimônio líquido	98.910	107.432	99.813	108.913	Receitas financeiras	-	-
Total do ativo	176.753	140.221	390.705	294.189	Capital social	61.706	61.706	61.706	61.706	Despesas financeiras	-	-
					Reserva legal	5.933	3.768	5.933	3.768	Lucro antes dos efeitos tributários	43.305	38.232
					Reserva de lucros	31.271	41.958	31.271	41.958	IRPJ e CSLL	-	-
					Particip. de acionistas não control.	98.910	107.432	98.910	107.432	Lucro líq. do exercício	43.305	38.232
					Total do passivo e patrimônio líquido	176.753	140.221	390.705	294.189	Atribuído aos acionistas não controladores	-	-
										Atribuído aos acionistas controladores	43.305	38.232

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Saldo em 31/12/2020	Capital social	Reserva legal de lucros	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora	Total da participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
61.706	2.268	21.466	-	38.232	85.440	565	86.005
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.232	1.559	39.791
Aumento de capital social dos acionistas não controladores em controladas	-	-	-	-	-	80	80
Dividendos desproporcionais pagos a acionistas não controladores	-	-	-	(8.240)	(8.240)	8.240	-
Dividendos distribuídos	-	-	(8.000)	-	(8.000)	(8.963)	(16.963)
Constituição de reservas	-	1.500	28.492	(29.992)	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	61.706	3.768	41.958	-	107.432	1.481	108.913
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.305	43.305	190	43.495
Dividendos desproporcionais pagos a acionistas não controladores	-	-	-	(8.827)	(8.827)	8.827	-
Dividendos distribuídos	-	-	(43.000)	-	(43.000)	(9.595)	(52.595)
Constituição de reservas	-	2.165	32.313	(34.478)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	61.706	5.933	31.271	-	98.910	903	99.813

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES							
Lucro líquido do exercício	Outros resultados abrangentes	Total do result. abrang. do exer.	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021	
43.305	38.232	43.495	39.791	39.791	43.495	39.791	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA							
Fluxos de caixa das atividades operacionais		Controladora	Consolidado				
Lucro antes dos efeitos trib.	43.305	38.232	61.897				
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido (usado nas)/ provenientes das atividades operacionais							
Depreciação e amortização	-	-	36.787				
Baixa do ativo imobilizado	-	-	604				
Resultado de equiv. patrimonial	(43.410)	(38.353)	(217)				
Constituição (reversão) de prov. para demandas judiciais	-	-	1.599				
Impostos diferidos	-	-	726				
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais							
Contas a receber	-	-	(6.606)				
Estoques	-	-	(87.994)				
Tributos a recuperar	-	-	3				
Outros créditos	94	(32)	2.198				
Mútuos a receber - partes relac.	-	-	336				
Aumento/ (redução) dos passivos operac.							
Fornecedores	-	-	76.718				
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	1.594				
Adto. de clientes e outras contas a pagar	-	-	7.716				
Mútuos a receber - partes relac.	82	-	-				
Caixa proveniente das atividades operacionais	71	8.931	95.369				
IRPJ e contribuição pagos	-	-	(18.402)				
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	71	8.931	76.967				
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos							
Outros investimentos	-	-	(2.301)				
Mútuos a pagar partes relac.	43.182	(920)	-				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(7.792)				
Recursos receb. na venda de ativo imob.	-	-	884				
Dividendos recebidos	8.827	-	217				
Aumento de capital na controlada	(329)	-	-				
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	51.680	(920)	(9.876)				
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos							
Dividendos pagos	(51.827)	(8.000)	(52.595)				
Aumento de capital social dos acionistas não controladores em controladas	-	-	80				
Amortização de empréstimos e financ.	-	-	(3.191)				
Pgtos. de parcelas de arrendamentos	-	-	(23.859)				
Juros s/ parcelas de arrendamentos	-	-	6.711				
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(51.827)	(8.000)	(69.743)				
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa	(76)	11	(2.652)				
Caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício	84	73	32.108				
No final do exercício	8	84	29.456				
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa	(76)	11	(2.652)				

DIRETORIA: Cicera Gomes Vital Silva | Alessandro Portella Maia | Rogéria Geovani dos Reis - Contadora CRC 1SP 181.331/0-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Caltabiano McLarty Participações S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caltabiano McLarty Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caltabiano McLarty Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração

é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15/03/2023.
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP-025.583/0-1
Ricardo Akira Matsunaga, Contador, CRC 1SP-296.382/0-1.

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: <https://datamercantil.com.br/>

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br
Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

DMT Soluções Brasil Limitada

CNPJ/MF nº 30.677.443/0001-82 – NIRE 35.235.273.201

Distrito Social

Por este instrumento: **DMT Solutions International Holding, LLC**, CNPJ/MF nº 30.584.922/0001-54; e **DMT Solutions Global Corporation**, CNPJ/MF nº 30.584.921/0001-00, ambas representadas pelo, Sr. **Gilberto de Farias**, RG nº 10.392.504-1, CPF/MF nº 033.780.768-01. Representantes de 100% do capital social desta Sociedade, resolvem: **1.** Dissolver, liquidar e extinguir a Sociedade, ficando as sócias e seus sucessores responsáveis pelas obrigações da Sociedade para todos os efeitos. **2.** Fica nomeado o Sr. **Gilberto de Farias**, acima qualificado, responsável pela guarda dos livros e documentos da Sociedade e pela publicação deste instrumento. O Sr. **Gilberto de Farias** declara que não está impedido de exercer a função de liquidante e de realizar a guarda dos livros e documentos, por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **3.** O Liquidante declara, ainda, que não há qualquer débito pendente da Sociedade com relação às autoridades fiscais ou terceiros. **4.** As sócias, neste ato, aprovam, por unanimidade, o balanço de encerramento e as contas finais apresentadas pelo Liquidante, e decidem que os valores disponíveis em caixa serão utilizados para despesas com o registro deste Distrito, sendo que eventual remanescente será devolvido às sócias, na proporção das quotas detidas por cada uma. **5.** As sócias desde já garantem que serão responsáveis por eventuais débitos posteriores a esta dissolução. **6.** As sócias terão direito e serão consideradas responsáveis pelo recebimento de quaisquer pagamentos oriundos de créditos contra as autoridades fiscais brasileiras. **7.** Em vista das deliberações acima, as atividades da Sociedade estão definitivamente encerradas e a Sociedade está dissolvida, liquidada e extinta, para todos os fins de direito. São Paulo, 28/02/2023. **DMT Solutions International Holding, LLC; DMT Solutions Global Corporation.** JUCESP – Registrado sob o nº 104.447/23-0 em 16/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

D.Y.T.T. Administradora de Imóveis Ltda.

CNPJ nº 13.430.918/0001-12 - NIRE 35602204754

Extrato da Deliberação do Sócio Único

Realizada em 29 de março de 2023, às 10h00 horas, na sede social na Avenida Cauaxi, 293, Sala 1112, Barueri/SP, CEP 06454-020. **Presença:** Sócio único representando a totalidade do capital social. **Deliberação tomada:** nos termos do artigo 1.082, inciso II da Lei 10.406/02, aprovou o sócio único uma redução de R\$9.546.000,00, passando o capital social da Sociedade de R\$ 19.118.357,00 para R\$9.572.357,00, representado por 9.572.357 quotas, por encontrar-se excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. Barueri, 29 de março de 2023. Sócio Único. **Eurides Tolentino Pereira Filho.**

Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.

CNPJ/ME nº 20.280.037/0001-28 – NIRE 35.300.482.271

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2022

Data, Horário e Local: Aos 12/07/2022, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, sala 01, Pinheiros, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa: Presidente:** Gleize Franceschini Gealh; **Secretário:** Guilherme Tourinho Brandi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade: (i) aprovar a eleição do Sr. Tiago Raphael de Carvalho**, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.826.775-8 SP/SSP e do CPF/MF nº 366.404.128-37 como Diretor da Companhia, nos termos do Termo de Posse constante do Anexo I ao presente instrumento. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base na aprovação ora deliberada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Fabio Abreu Schettino** – Diretor; e **Gleize Franceschini Gealh** – Diretora; **Tiago Raphael de Carvalho** – Diretor; todos com mandato unificado até a data de 19/05/2023, podendo ser reeleitos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata na forma de sumário, a qual foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. São Paulo, 12/07/2022. **Mesa: Gleize Franceschini Gealh** – Presidente; **Guilherme Tourinho Brandi** – Secretário. **Acionista: Hidrovias do Brasil S.A., Gleize Franceschini Gealh** – Diretora; **Fabio Abreu Schettino** – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 120.322/23-7 em 23/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239

Aviso ao Acionistas

FCBPC Holding S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), comunica aos senhores acionistas que se encontram disponíveis na sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e os documentos a que se refere o referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada e realizada oportunamente. Comunicamos ainda que, em consonância com o artigo 133, parágrafo 3º c/c artigo 289 da Lei das S.A., os documentos acima referidos serão oportunamente publicados no jornal "Data Mercantil". São Paulo, 27 de março de 2022. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 56.994.460/0001-37

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S/A Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), no dia 18/04/2023 às 10h00, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21.344, SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **A) Assembleia Geral Extraordinária:** 1ª) Alteração no Estatuto Social da Companhia; **B) Assembleia Geral Ordinária:** 1ª) Relatório da administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2022; 2ª) Eleição da Diretoria; 3ª) Fixação de honorários da Diretoria; 4ª) Demais assuntos de interesse da Companhia. Aham-se à disposição dos acionistas na sede da companhia as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2022. São Paulo, 28 de março de 2023. **Ary Frederico Torres Neto** – Diretor Superintendente. (28, 29 e 30/03/2023)

RCB Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 08.823.301/0001-27 – NIRE 35.300.341.856

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2023

Data, Hora e Local: 06/02/2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre, Presidente e Sr. Renato Proença Prudente de Toledo, Secretário. **Deliberações tomadas por unanimidade: (i) Aprovar a constituição da Divzero Recuperação de Créditos Ltda. ("Divzero")**, cujo capital inicial será de R\$ 1.000.000,00, dividido em 1.000.000 de quotas; e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores a assinarem todos os documentos e tomarem quaisquer providências necessários à efetivação da deliberação acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata. Mesa: Alexandre do Rosário Nobre – Presidente; Renato Proença Prudente de Toledo – Secretário. **Acionistas: Bradesco Holding de Investimento S.A.** Por André Rodrigues Cano e Eurico Ramos Fabri; **Wattana Empreendimentos e Participações S.A.** Por Alexandre do Rosário Nobre e Renato Proença Prudente de Toledo; **USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior** Por Camila Palma Bittencourt e Silvia da Costa Gomes Benvenuti. JUCESP – Registrado sob o nº 100.569/23-7 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Wattana Empreendimento e Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.948.437/0001-12 – NIRE 35.300.518.799

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2023

AGE instalada com a presença dos representantes da totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Alexandre do Rosário Nobre** e secretariada pelo Sr. **Renato Proença Prudente de Toledo**, realizou-se às 12h00 do dia 10/02/2023, na sede social. As seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade: **(a) aprovada** a distribuição de dividendos da Sociedade no valor de R\$ 8.293.000,00, equivalente a R\$ 8,293 por ação. São Paulo, 10/02/2023. Mesa: **Alexandre do Rosário Nobre** – Presidente; **Renato Proença Prudente de Toledo** – Secretário. Acionistas: **Alexandre do Rosário Nobre;** **Renato Proença Prudente de Toledo;** **Jefferson Ribeiro de Almeida;** **Marco Aurélio de Camilo Mattos;** **Mayra Sayuri Koyama;** **Isaías da Fonseca Quintanilha.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 110.935/23-8 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

MB Digital Assets Ltda.

CNPJ/MF nº 35.310.650/0001-18 – NIRE 35.235.67909-6

Ata de Reunião de Sócios realizada em 24 de fevereiro de 2023

Data, Hora e Local: 24/02/2023, às 15:00 hs., na sede social Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento da única sócia da Sociedade. **Mesa:** Presidente – Roberto Dagnoni; Secretário – André Dinis Gouvinhas. **Deliberações:** A única Sócia aprova a redução do capital social, por encontrar-se excessivo em relação ao seu objeto social, passando tal capital de R\$ 55.675.000,00 para R\$ 50.675.000,00, com o cancelamento de 5.000.000 de quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em contrapartida a tal redução, a única Sócia receberá o montante de R\$ 5.000.000,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi lavrada esta ata. **Assinaturas:** São Paulo, 24/02/2023. **Roberto Dagnoni** – Presidente; **André Dinis Gouvinhas** – Secretário. **Sócia: 2TM Participações S.A.,** Roberto Dagnoni e André Dinis Gouvinhas.

Zurich Arp Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 12.022.964/0001-10 – NIRE 35.225.008.822

21ª Alteração do Contrato Social

Por este instrumento particular: **400PAR Investments Ltd.**, CNPJ/ME nº 48.997.680/0001-96, representada por **Edna Fortunato Cardoso Macedo**, RG nº 44.284.701-4, CPF nº 330.916.168-43 ("Sócia"); Na qualidade de única sócia: Aprova a redução de capital no valor de R\$60.000.000,00, considerado excessivo. A redução do capital social fica condicionada ao prazo de 90 dias, contados da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirográficos oposição à essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no artigo 1.084, § 1º do Código Civil. O capital social da Sociedade passa de R\$250.001.000,00 dividido em 250.001.000 quotas para R\$190.001.000,00 dividido em 190.001.000 quotas. Face as alterações acima, o caput da Cláusula 5ª do Contrato Social vigorará com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª.** O capital social é R\$190.001.000,00 dividido em 190.001.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas da seguinte forma: **Sócio: 400Par Investments Ltd; Quotas: 190.001.000; Valor (R\$): R\$ 190.001.000,00; %: 100%. Total de Quotas: 190.001.000; Valor Total (R\$): R\$ 190.001.000,00; % Total: 100%. Foi eleito o Sr. Marcelo Barros de Alencar**, RG nº 23.751.674-3, CPF nº 192.444.048-26 para **substituir a Sra. Natalie Moraes Harary** na função de Diretor. Natalie e a Sociedade outorgam reciprocamente a mais geral e irrestrita quitação em relação ao período exerceu o cargo de Diretora. Marcelo declara não estar impedido por lei especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Com isso, altera-se a Cláusula 8ª do Contrato Social para constar o quanto segue: "**Cláusula 8ª.** A administração da sociedade será exercida pelos diretores **Edna Fortunato Cardoso Macedo e Marcelo Barros de Alencar** acima qualificados, aos quais caberão a prática dos atos necessários e convenientes à gestão dos negócios que envolvem, direta ou indiretamente, a Sociedade e seus interesses, não podendo, todavia, sem concordância expressa de sócios representando ¾ do capital social, alienar ou onerar, sob qualquer forma e a qualquer título, o patrimônio social consistente em imóveis ou bens do ativo fixo". Por fim, a Sócia delibera, sem reservas, consolidar o contrato social da Sociedade.

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

a ser realizada em 28 de abril de 2023

Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14h30, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e § 3º, e artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 1.3. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia com propósito de (i) alterar (a) o Artigo 2º, (b) o parágrafo único do Artigo 10, (c) o parágrafo único do Artigo 18, (d) o caput e Parágrafo Terceiro do Artigo 22, (e) o Parágrafo Quinto do Artigo 23, (e) o caput e alíneas 'a', 'f', 'n', 'p', 'q', 'r', 's' e 'x' do Artigo 26, (f) a alínea 'b' do Artigo 32, (g) o Parágrafo Segundo do Artigo 39, (h) o Parágrafo Segundo do Artigo 46, (i) a integralidade do Artigo 47 e (j) o Artigo 49; e (ii) excluir o Parágrafo Primeiro do Artigo 46. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim") e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da RCVM nº 81/22. **Participação dos acionistas na AGOE:** Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela RCVM 81/22, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá se dar: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via Plataforma Digital V-Casting ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia **26 de abril de 2023** – os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Aviso aos Acionistas

A TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., com sede na Rua Monsenhor Antonio Pepe, 94, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, comunica aos seus acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 28/03/2023. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor. (28, 29 e 30/03/2023)

Climb Serviços Ltda.

CNPJ/MF nº 30.517.474/0001-76

NIRE 35235257205

Extrato de Resolução de Sócio

Fabio Alessandro Martinez Puerto, único sócio de **Climb Serviços Ltda.**, com sede na Rua Dr. Guilherme Bannitz, 126, 8º A, São Paulo/SP, CEP 04532-060, CNPJ 30.517.474/0001-76 e NIRE 35235257205, por resolução datada de 21/03/2023, decide reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 60.000,00 para R\$ 1.000,00, por julgá-lo excessivo. O presente extrato é publicado conforme art. 1.084 do CC.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,1487 / R\$ 5,1493 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1330 / R\$ 5,1350 *

Turismo - R\$ 5,2300 /

R\$ 5,3450

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,58%

OURO BM&F

R\$ 320,80

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,60%

Pontos: 101.792

Volume financeiro:

R\$ 19,610 bilhões

Maiores altas: Hapvida

ON (4,94%), São

Martinho ON (4,07%),

Raizen PN (3,77%)

Maiores baixas: Qualicorp

ON (-5,97%), Lojas

Renner ON (-4,87%),

Via ON (-4,12%)

S&P 500 (Nova York):

1,42%

Dow Jones (Nova York):

1,0%

Nasdaq (Nova York):

1,79%

CAC 40 (Paris): 1,39%

Dax 30 (Frankfurt):

1,23%

Financial 100 (Londres):

1,07%

Nikkei 225 (Tóquio):

1,33%

Hang Seng (Hong Kong):

2,06%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,16%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,17%

Merval (Buenos Aires):

2,77%

Negócios

Frentistas vestindo Arezzo&Co? Entenda nova parceria entre o grupo de moda e Posto Ipiranga



Uma nova colaboração entre o grupo de moda Arezzo&Co e o Posto Ipiranga pretende trazer um verdadeiro banho de estilo nos uniformes dos funcionários da rede de postos de gasolina. Em acordo firmado com a Baw Clothing, marca de streetwear pertencente ao grupo, os uniformes de frentistas foram redesenhados com o intuito de traduzir um momento mais moderno e evolutivo.

A mudança no figurino veio após uma pesquisa realizada com os próprios funcionários em novembro de 2022, por lá apelidados de VIPs (vendedor Ipiranga de pista). O resultado foi uma grande demanda por uniformes mais confortáveis e funcionais,

permitindo melhor mobilidade. Além disso, as peças passaram a considerar características de gênero.

Na linha da Baw, a tradicional blusa social dos frentistas dá lugar a uma camisa polo e o avental, peça comum no figurino dos funcionários, foi aposentado. A partir de abril, as peças com nova identidade visual estarão disponíveis para compra pelos postos. A expectativa é que cerca de 5.000 funcionários vistam os uniformes assinados pela BAW Clothing.

Nativa digital, a Baw é uma marca brasileira com grande apelo entre os jovens. Com forte atuação no online e nas redes sociais, onde soma mais de 1 milhão de seguidores, a marca criada pelos

irmãos Bruno e Lucas Karra chamou a atenção do gigante de moda Arezzo&Co. O grupo comprou a marca em 2021, pelo valor de R\$ 105 milhões.

Segundo Bárbara Miranda, vice-presidente de marketing e desenvolvimento de negócios da Ipiranga, com a parceria entre as duas marcas brasileiras, a Ipiranga passa a acenar ao público jovem, reafirmando seu posicionamento como marca “irreverente e pop”. “O VIP é um parceiro fundamental na jornada das pessoas, é a ponta de contato mais importante da marca Ipiranga com o consumidor, então é natural e fundamental que a imagem, conforto e praticidade no dia a dia deles estivesse incluída na evolução da marca”, diz. Exame

Voo a R\$ 200 não funcionará se outros tiverem que pagar mais, diz CEO da Azul



O presidente-executivo da Azul, John Rodgeron, afirma que o plano do governo para oferecer passagens aéreas a R\$ 200 para determinados grupos pode fazer sentido desde que os demais passageiros não paguem a conta.

Ele defende, no entanto, que as tarifas aéreas consideradas elevadas atualmente sejam atacadas com um esforço mais amplo de redução de custos para as empresas -incluindo uma revisão da política de preços da Petrobras.

“Dizer que queremos uma tarifa mais baixa seria mentira”, afirma à Folha de S.Paulo. “Quero uma tarifa que cubra nossos custos. E, se nossos custos ficarem mais baratos, é mais fácil ter [pas-

Justiça determina penhora do shopping Eldorado, em SP, em favor do Banco Santos

O Banco Santos acaba de ter uma de suas primeiras vitórias judiciais desde 2005, ano em que a sua falência foi decretada. No dia 20 deste mês, a 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a penhora de 50% do shopping Eldorado, localizado na zona oeste da capital paulista, em favor da massa falida da instituição financeira. Ainda cabe recurso.

O percentual corresponde à quota detida por empresários do Grupo Veríssimo, apontado como um dos maiores devedores do banco. A inadimplência data de um contrato milionário firmado em julho de 2004 entre o Santos e uma empresa do grupo. Seu valor atualizado é estimado em cerca de R\$ 2,1 bilhões.

Após mais de 15 anos cobrando a dívida, a massa falida do Banco Santos recorreu à Justiça solicitando que a responsabilidade fosse estendida às pessoas físicas e jurídicas por trás da empresa Verpar Centro Comerciais S.A., que pertence ao Grupo Veríssimo e contratou o empréstimo. Na ação, os advogados

sustentaram haver indícios de ocultação de patrimônio e de um esquema de blindagem patrimonial, que estaria sendo promovido pela família Veríssimo a fim de frustrar a execução da dívida. A tese foi acatada pela corte.

Para o desembargador Heraldo de Oliveira, relator da ação, ficou demonstrado que os devedores procuraram “esconder seus bens” transferindo a titularidade das participações em cinco empresas para familiares e para contas em abertas em paraísos fiscais, como as Ilhas Virgens Britânicas e as Bahamas.

“Fica patente a confusão patrimonial entre as empresas, seus familiares e os devedores, configurando grupo econômico constituído para ocultar o patrimônio dos executados e evitar o pagamento de suas obrigações”, afirmou o magistrado. “Ficou configurada a fraude perpetrada pela família Veríssimo e o grupo empresarial para proteger os devedores das dívidas do grupo J. Alves Veríssimo/Verpar, que também são proprietários do Shopping Center Eldorado”, destacou ainda.

Cleio Guimarães/Folhapress

sagem] mais barata”, afirma.

Ele diz que os valores atuais são impulsionados pelo preço do querosene de aviação e defende analisar os resultados da Petrobras para saber quem deve ser considerado culpado..

“Olhe nosso balanço e olhe o balanço da Petrobras. Quem é o vilão da história?”, questiona. “Olhe no ano passado quanto eles ganharam e quanto eu perdi”, afirma.

A Azul teve prejuízo de R\$ 722 milhões em 2022, impactada pelo aumento de 112% do preço do combustível em relação a antes da Covid-19. Em comparação, a Petrobras teve no ano passado um lucro de R\$ 188 bilhões -o maior na história das empresas brasileiras.

“Estou sendo cobrado porque cobro o preço da passagem. As pessoas não estão vendo que o preço do combustível dobrou para nós. Mas o custo da Petrobras dobrou? Não dobrou”, afirmou.

Ele diz que a estatal aplica uma política de preços sobre sua produção nacional que inclui valores com fretes marítimos e outros itens -como se o combustível fosse todo importado. A crítica é feita também pelo novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que já afirmou em diferentes ocasiões que pretende mudar a prática.

“Quando o preço do combustível cai, posso botar mais oferta no mercado”, afirma Rodgeron.

Fábio Pupo/Folhapress